

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Diante da encruzilhada do passado

O que ainda existe em comum entre Getúlio Vargas e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva? Uma visão na qual a centralidade da política está na ação do Estado e não na sociedade civil. Ambos privilegiaram o contato direto com o povo e não a mediação da sociedade civil, que deixou de ser uma trincheira da esquerda, como ocorreu no regime militar. Suas agências foram, gradativamente, controladas por setores de direita, inclusive em setores onde predominavam atores liberais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).

Lula foi um dirigente sindical pragmático e realista. Embora dissesse que a Consolidação da Legislação Trabalhista era o AI-5 dos trabalhadores, não embarcou no mito fundador do Partido dos Trabalhadores, que era emancipar o proletariado brasileiro da tutela da CLT, cuja origem está no Estado Novo e na Carta do Trabalho, do ditador Benedito Mussolini, criador do fascismo.

O herdeiro político de Vargas e do trabalhismo era Leonel Brizola. O PT nasceu a partir da crítica visceral ao populismo. Entretanto, a partir das eleições de 1989, quando Lula foi para o segundo turno das eleições contra Fernando Collor de Mello e Brizola ficou fora da disputa final, houve um processo gradativo de adesão do PT às teses nacional-desenvolvimentistas de Vargas, bem como à construção de uma estratégia de ocupação dos sindicatos — que deslocou desse eixo trabalhistas e comunistas por meio de uma tática de luta e negociação.

O PT radicalizava as formas de luta e privilegiava as greves. Porém, ao mesmo tempo, buscava a negociação com o patronato, sem a mediação da Justiça trabalhista, como ainda faziam os dirigentes sindicais trabalhistas e comunistas que sobreviveram ao grande expurgo promovido nos sindicatos pelo regime militar. Assim, tornou-se o maior partido de esquerda no Brasil e, deste então, manteve-se como alternativa de poder graças à penetração nos sindicatos, nas universidades e no mundo artístico e cultural.

Entretanto, nada disso seria possível sem a liderança carismática de Lula, que disputou e perdeu duas eleições presidenciais — para Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), até derrotar José Serra (PSDB), em 2002. Vai aqui um parêntese: a derrota de Serra interrompeu um projeto político de ruptura com a Era Vargas e, com isso, a construção de uma elite política, intelectual e empresarial capaz de liderar um novo modelo de desenvolvimento, democrático e integrado à economia mundial em bases soberanas, como imaginavam os tucanos.

O processo político real ultrapassou o ideário dos intelectuais fundadores do PT, que tinham em comum com o PSDB a negação da Era Vargas — talvez o mesmo tenha ocorrido com o PSDB, mas essa é outra história. O pragmatismo levou o PT a defender a herança de Vargas: o Estado como indutor da economia e provedor dos mais pobres. Reconhece na prática o populismo como uma via de incorporação dos trabalhadores à vida nacional. Os sindicatos foram atores da democratização do país ao longo da história.

Curiosamente, apesar de excluído pelos udenistas, o modelo de industrialização adotado por Vargas teve seu auge no governo do general Ernesto Geisel.

Modelo econômico

Os dois primeiros governos de Lula foram exitosos porque manteve a política de estabilidade monetária herdada do governo FHC e aproveitou expansão da economia mundial, além de se beneficiar do “bônus demográfico”, que possibilitou taxas maiores de crescimento e uma política de transferência de renda que retirou 12 milhões de famílias da pobreza absoluta (Bolsa Família). Quando a taxa de natalidade e a de mortalidade têm queda, e a expectativa de vida aumenta, muda a relação entre a população economicamente ativa e aposentados e o número de dependentes.

No final do governo Lula e nos de Dilma Rousseff, cujo segundo mandato foi interrompido pelo impeachment, houve uma mudança de política econômica, com ênfase nos investimentos em infraestrutura, sem que o país tivesse poupança e capacidade de captação de investimentos em níveis sustentáveis. Inflação e déficit fiscal acabaram provocando um colapso da política econômica, o que inviabilizou o projeto da “nova matriz econômica” — o modelo proposto pelo PT para desenvolver a economia que retomava o nacional-desenvolvimentismo varguista.

Sinceramente, não sei como caracterizar a política econômica do governo Jair Bolsonaro, que começou com um discurso liberal e terminou com um déficit fiscal que o contradiz. Mas o que nos interessa, aqui, é o estado da arte.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vive entre a realidade fiscal imposta pela economia e uma recidiva da narrativa nacional-desenvolvimentista. É como se estivesse diante de uma encruzilhada do passado. A diferença é que o mundo mudou, as cadeias de valor da globalização estão sendo restruturadas, o país está com um pé em cada canoa na política internacional e a nossa “sociedade industrial”, que deu origem ao PT, não existe mais. Lula precisa repensar seu projeto de país à luz da nova realidade.

Eleições Municipais 2024

Apagão domina debate entre Nunes e Boulos

Falta de luz serve de cabo de guerra “esquerda x direita” na disputa pela Prefeitura paulistana

» RAFAELA GONÇALVES

Apagão que assola São Paulo desde sábado foi o principal tema do debate promovido pelo grupo Band entre Ricardo Nunes (MDB) e Guilherme Boulos (PSol), ontem à noite. O tema permeou todo o primeiro confronto do segundo turno entre os candidatos à Prefeitura paulistana — que falaram ainda sobre a cracolândia, aumento da população de rua, retomada e continuação de obras, e zeladoria da cidade.

Boulos e Nunes começaram a se acusar sobre o apagão antes mesmo de o confronto começar diante das câmeras. Isso porque, como pano de fundo, está também a polarização entre esquerda e extrema-direita. Se Nunes quis botar o desabastecimento na conta do governo federal, insinuando que houve inação ao não enquadrar a Enel, Boulos chamou a atenção para o fato de que o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, foi indicado no governo de Jair Bolsonaro.

O candidato do PSol continuou fustigando o prefeito que tenta a reeleição. “Esse apagão tem dois grandes responsáveis: a Enel, que é uma empresa que presta um serviço horrível e que eu, como prefeito de São Paulo, a partir de 1º de janeiro

Reprodução/Band TV



Candidatos usaram o desabastecimento para defenderem os campos ideológicos que representam

do ano que vem, vou trabalhar para tirar ela daqui; e o Ricardo Nunes. A cidade hoje está refém dessas duas incompetências”, acusou.

Nunes reforçou a conexão da Aneel, do Ministério de Minas e Energia (MME) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que apoia Boulos — com o apagão. “É inaceitável o que a Enel tem feito com o estado de São Paulo. É inaceitável que o governo federal, que é quem detém a concessão, regulação e fiscalização, não tenha feito

nada. Isso desde novembro do ano passado”, apontou.

Ele afirmou que pediu ao governo federal para cassar a concessão, mas não foi bem-sucedido. “Fui a Brasília pedir ao ministro de Minas e Energia para rescindir o contrato. Fui ao Tribunal de Contas da União pedir a rescisão, tive várias reuniões com o presidente da Aneel e, infelizmente, não houve nenhuma ação”, afirmou.

Questionado sobre as ações para tratar o problema, os dois candidatos reforçaram a necessidade

de retirada da concessão da Enel. Não mencionaram, porém, o aterramento da rede elétrica, obrigatória desde 2005, de acordo com lei municipal.

Boulos afirmou que planeja reforçar as ações de poda de galhos, que caíram sobre a rede elétrica com a tempestade de sábado, e utilizar tecnologias como monitoramento via satélite da saúde das árvores. Nunes insistiu que o problema é um só — a concessionária fornecedora de energia. “É trabalhando e tirando a Enel daqui”, frisou.

Atuação polêmica

» FABIO GRECCHI

O apagão em São Paulo foi a base dos ataques no debate entre Ricardo Nunes (MDB) e Guilherme Boulos (PSol) pela Prefeitura paulistana. No centro da falta de luz está a Enel, que assumiu as operações da Eletropaulo, em 2018. Empresa italiana, tem participação acionária do governo do país europeu. Em número de consumidores, é a maior distribuidora do país, com operações em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Ceará.

Porém, tem um histórico de atuação problemático. Presta serviços em Goiás, mas foi vendida à Equatorial, em 2022, como saída para evitar a suspensão do contrato por descumprir as metas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) — algo que, segundo o governo de Goiás, se deu por dois anos consecutivos.

No Rio de Janeiro, os municípios de Niterói, Petrópolis, Paraty, Duas Barras e Resende sofreram com a Enel. Tanto que depois do apagão em São Paulo em novembro do ano passado, prefeitos de cidades fluminenses se reuniram para adotar medidas administrativas e judiciais contra as falhas no fornecimento de energia pela empresa. Discutiu-se, inclusive, a possibilidade de uma ação conjunta na Justiça para a suspensão do contrato e sua consequente substituição.

Também no Ceará, os consumidores não passaram incólumes pelas falhas da Enel. O Ministério Público do estado (MP-CE) instaurou procedimentos para exigir que a empresa mantivesse os níveis de fornecimento e investimentos exigidos pela Aneel.

Os problemas da Enel não se restringem ao Brasil. No Chile, também tem sido questionada pelas autoridades. Em agosto, o presidente Gabriel Boric determinou uma revisão da concessão da empresa após um grande apagão.

O TEMPO NÃO PARA. NEM A LUZ.

53 ANOS

Atuando na comunicação financeira com agilidade, confiabilidade, eficiência e tecnologia.

A conexão com as novas mídias e a busca por caminhos criativos são o nosso maior compromisso.

HOJE, PLANEJAMOS O FUTURO PARA O AMANHÃ DE NOSSOS CLIENTES.

LUZ
PUBLICIDADE